

As críticas ao substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral cresceram ontem, vindas de todos os setores, da esquerda à direita. "O Cabral me decepcionou profundamente. Esperava dele trabalho autônomo. O que acabou acontecendo foi que ele aceitou pressões de última hora e entregou encomenda feita por outros", disse o líder do PTB, Gastoni Righi. "Temos problemas graves no País se esse anteprojetado de Constituição for aprovado da forma como está", declarou o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

"Houve casos, como no capítulo sobre educação, em que se havia estabelecido consenso da maioria. De repente, todo o trabalho resultante desse entendimento foi afastado", continuou Gastoni Righi, que afirmou que o mesmo aconteceu com a reforma agrária e com a destinação das Forças Armadas. "Para que não se diga que esta é uma apreciação facciosa ou de natureza ideológica, registro que, na área de direito social, ele pura e simplesmente acabou com coisas básicas, a estabilidade no emprego, a jornada semanal de 40 horas de trabalho e a obrigatoriedade do diploma superior nas áreas de comunicação e artes", finalizou Righi.

O ministro Antônio Carlos Magalhães, apoiando irrestritamente as críticas do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse que o projeto foi feito "atabalhoadamente", de maneira "irracional", e exemplificou: "Para explorar minas tem que pedir licença ao índio, que por sua vez é tutelado pela Funai. Isso é uma barbaridade", disse o ministro, que não considerou os ataques do general Leônidas Pires Gonçalves uma intromissão militar na Constituinte: "Essas questões polêmicas serão resolvidas pela maioria. Só que o consenso não é a arma utilizada no relatório do doutor Bernardo Cabral. Ele é fruto de algumas minorias que foram derrotadas em suas próprias comissões e subcomissões", acrescentou Antônio Carlos Magalhães.

Na bancada peemedebista do Espírito Santo, o senador Gérson Camata, que se intitula um homem de centro, e os deputados Nyder Barbosa e Vasco Alves, considerados respectivamente de direita e progressista, também criticaram o substitutivo de Cabral. Camata disse que o texto foi "uma decepção" ("todas as emendas que poderiam beneficiar o Espírito Santo foram suprimidas"). Mas para ele, o pior foi a aprovação do parlamentarismo: "Para nós, capixabas,

## Ataques ao substitutivo: "irracional", "uma decepção".

significa que ficaremos reduzidos a poucos votos, com a nossa pequena bancada", afirmou o senador.

Nyder Barbosa protestou dizendo que os constituintes trabalharam durante meses "para Bernardo Cabral e poucos assessores tirarem uma Constituição de suas cabeças". Vasco Alves, por sua vez, disse que o substitutivo foi "um desastre" e que o grupo a que pertence, o Movimento Progressista, não assinará a Carta se não houver alterações.

Para o deputado Geraldo Campos (PMDB-DF) os direitos sociais dos trabalhadores, conquistados a duras penas, foram totalmente esquecidos, e "o que é pior, retirados pelo relator". Já o líder do PDC, deputado José Maria Eymael, acusou de criminoso a retirada do dispositivo de sua autoria

ANC

Sábado, 29-8-87 — O ESTADO DE S. PAULO

que estabelecia a defesa do contribuinte.

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, João Sérgio Marinho Nunes, disse ver no substitutivo o objetivo de promover uma estatização indireta da mineração no Brasil, criando condicionamentos e regras que desestimulam os investimentos particulares. Para ele, o texto apresentado foi "uma edição revista e piorada" das propostas derrotadas nas comissões e subcomissões.

Quanto à reforma agrária, o produtor rural e diretor de operações da UDR nacional, Gilberto Adrien, disse que a entidade "não vai aceitar a imissão de posse imediata", que, se for aprovada, trará consequências imprevisíveis.

### Avaliação dos grupos

Cerca de 40 deputados e senadores da Comissão de Sistematização, integrantes do grupo liberal, se reuniram ontem e avaliaram as críticas do ministro do Exército ao substitutivo como mais uma das pressões normais dentro do processo democrático. Comparando o substitutivo ao projeto Hércules, os deputados e senadores consideraram positivo o fato de 139 artigos sugeridos pelo grupo terem sido aceitos pelo relator. Mas criticaram o texto no que diz respeito à

educação, à reforma agrária e à saúde.

Para eles, a retirada do percentual do orçamento destinado à educação foi um retrocesso; e a imissão de posse automática após 90 dias da desapropriação significará na prática um decurso de prazo: vencido o período, com ou sem apreciação da Justiça, a posse estará garantida. Quanto à saúde, acharam o texto muito estatizante, em especial porque pretende retirar da rede privada algumas atribuições.

Já o grupo de consenso, que se reuniu no gabinete da liderança do PMDB, decidiu conversar com o grupo dos "32", liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), para uma abordagem geral de todo o substitutivo. Segundo Euclides Scalco (PMDB-PR) o grupo volta a se reunir segunda-feira para verificar se há emendas a serem apresentadas à Constituinte.

### Populares debatem

A defesa das emendas populares seguiu ontem com a presença de Sérgio Arouca, Gastoni Righi, Armando Wurth, Messias de Souza, Paulo Mente, Antônio Gilson Rocha e André Puccinelli, que defendeu a vinculação de 13% dos impostos federais e 25% dos estaduais para programas de proteção à saúde pública.